



ANALISE LINGUÍSTICA COMO ALTERNATIVA PEDAGÓGICA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO TRABALHO COM O GÊNERO NOTÍCIA

Adriana Delmira Mendes Polato (Unespar/Fecilcam)
Geovani Augusto Nunes (IC – Fundação Araucária)

RESUMO: Neste trabalho, a partir dos pressupostos teóricos expostos nos trabalhos de Bakhtin/Volochínov, 1992/2006, Bakhtin 2003 e, nas discussões de alguns teóricos da Linguística Aplicada, como Geraldi (1984), Antunes (2003), Perfeito (2005), Mendonça (2006), defendemos uma posição central para a atividade de análise linguística no trabalho de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa. Essa posição central está a serviço da compreensão da relação imbricada entre as práticas de leitura e escrita, favorecendo a capacitação de um leitor mais crítico e, ao mesmo tempo, de um produtor de textos capaz de refletir sobre o uso de elementos linguístico-discursivos concretizados em gêneros do discurso, os quais consideramos como formas sócio-históricas e ideológicas relativamente estáveis de enunciados. A exemplificação da proposta se dá a partir do trabalho com a notícia e da análise das recorrências linguístico-discursivas apresentadas nesse gênero.

Palavras-chave: Análise Linguística. Leitura. Escrita. Gênero.

1 Introdução

A partir dos anos 80, as contribuições advindas dos postulados de Bakhtin e de seu círculo sobre a interação verbo-social tornaram-se balizas para reflexões sobre o ensino de línguas no Brasil.

Novas perspectivas, então, passaram a subsidiar as discussões em torno do ensino das práticas sociais de leitura e de escrita e em torno do ensino gramatical. Dessa forma, o ensino da Língua Portuguesa a partir da diversidade textual, tomando os gêneros do discurso como objetos ensináveis, passa a ser um ideário consolidado com o objetivo de formar alunos críticos, capazes de ler e escrever com maior propriedade em práticas sociais de suas vivências. Essas discussões, advindas do campo da Linguística Aplicada, foram apropriadas pelos documentos norteadores das políticas educacionais brasileiras - PCN, 1998 e, especificamente, no Estado do Paraná - DCE, 2008.

No bojo dessas discussões, o ensino da velha gramática descontextualizada também se torna foco de críticas que apontam para sua improdutividade. Isso porque, ao considerar a linguagem como uma forma de interação, devem-se favorecer situações para que o aluno possa fazer uso satisfatório da língua em situações concretas de interação social. Assim, o ensino normativo ou descritivo da língua não pode figurar o principal objetivo do trabalho de ensino e aprendizagem em sala de aula porque não atende ao preceito de capacitar o estudante a ler melhor ou produzir textos com mais qualidade.

Para ler e escrever melhor é necessário refletir sobre a língua em uso, a partir de enunciados concretos, pois como explica Bakhtin (2006),

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações* (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.125 grifos do autor).

Ao considerar que o aluno é um usuário da língua materna, o objeto de ensino de língua não pode ser apenas a língua como sistema abstrato, como um código por meio do qual o sujeito expressa seus pensamentos porque

assimilamos as formas da língua somente nas formas assumidas pelo enunciado e juntamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros do discurso, introduzem-se em nossa experiência e em nossa consciência conjuntamente e sem que sua estreita correlação seja rompida (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p. 301-302).

A partir desses postulados, Geraldi (1984) discute a emergência de se repensar os modos de ensinar gramática. Discute, então, como isso pode se dar a partir de uma visada textual e discursiva. Nesse sentido, a metalinguagem cederia lugar à epilinguagem. Motivados pela defesa precursora de Geraldi, outros linguistas aplicados avançam em suas pesquisas sobre o termo por ele anunciado.

Dessa forma, a discussão sobre a “análise linguística” (AL) ganha força em concomitância às discussões que envolvem a tomada dos gêneros discursivos como objetos ensináveis. Na sua ligação com a teoria de gêneros discursivos, a análise linguística encontra respaldo nos trabalhos que relacionam a sua importância à leitura de textos – corroborando a produção de sentidos, ou à produção textual escrita - especificamente na articulação com as etapas de revisão/correção e reescrita do texto. Em ambos os casos, consolida-se o conceito de AL como reflexão sobre a língua em uso, ou sobre o funcionamento discursivo dos elementos linguísticos nas formas típicas de enunciados.

Encontramos, portanto, em Bakhtin/Volochínov, 1992/2006, Bakhtin 2003 e, nas discussões de alguns teóricos da Linguística Aplicada, como Geraldi (1984), Antunes (2003), Perfeito (2005), Mendonça (2006), respaldo para discutir uma proposta de análise linguística capaz de corroborar a leitura e a escrita de textos. “Sob essa perspectiva, buscaremos explanar sobre a linguagem a partir de um panorama social, discursivo e dialógico, ou seja, a concepção interacionista de linguagem do Círculo” (ACOSTA-PEREIRA, 2013, p.2).

Neste trabalho, portanto, defendemos uma proposta de AL que investiga recursos linguístico-discursivos recorrentes que se fazem presentes em enunciados concretos, histórica e culturalmente constituídos. A reflexão sobre essas recorrências, assim como a reflexão sobre as condições específicas de produção de enunciados são importantes à compreensão da língua em uso pelo aluno, dando a AL o estatuto de alternativa pedagógica à dissolução da relação dicotômica com a leitura ou com a escrita de textos.

Esboçamos nossa reflexão a partir do trabalho com o gênero notícia, refletindo sobre a função social e discursiva do uso recorrente de recursos linguísticos enunciativos e discursivos, que atendem às demandas de enunciações concretas e das formas típicas historicamente constituídas do enunciado – no caso do gênero notícia. Utilizamos um quadro de recorrências linguísticas na notícia, conforme exposto em trabalho de Polato e Franco de Oliveira (2013).

A partir disso, defendemos uma posição central para AL, capaz de servir à compreensão da relação imbricada entre as práticas de leitura e escrita, favorecendo à capacitação de um leitor mais crítico e, ao mesmo tempo, de um produtor de textos capaz de refletir sobre o uso de elementos linguísticos enunciativos e discursivos necessários a uma interlocução marcada.

2 O ensino de Língua Portuguesa e a reflexão sobre os recursos linguístico-discursivos e expressivos concretizados num gênero discursivo

Compreender a língua na perspectiva de bakhtiniana pressupõe planejar o ensino da Língua Portuguesa (LP) na perspectiva sociointeracionista de linguagem, o que denota, entre outras coisas, compreender o gênero como uma prática social de articulação de nossas relações com o mundo e com os outros. Bakhtin (2003)

compreende que os diferentes usos da linguagem (em suas diversas semioses, podemos acrescentar) efetuam-se na forma de enunciados concretos, únicos e proferidos por sujeitos participantes das interações sociais que ocorrem em determinados campos de atividades. Esses campos, ou esferas sociais, não apenas saturam e significam os enunciados de determinadas projeções ideológicas, valorativas e de sentidos como, em adição, os consubstanciam de determinadas condições de produção e finalidades discursivas, que se materializam no conteúdo temático, no estilo e na composição dos enunciados (ACOSTA-PEREIRA, 2013, p.3).

Diante disso, o estudo dos gêneros discursivos passa a ser uma forma de contribuição para o desenvolvimento das capacidades linguísticas e comunicativas dos alunos no processo de interação social. Para Marcuschi, “[...] é impossível não se

comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto”. (MARCUSCHI, 2008, p.154). Nesse sentido, o trabalho com os gêneros discursivos na escola é uma oportunidade de refletir sobre a utilização da língua nos diversos usos cotidianos, uma vez que eles são organizadores e organizados nas e pelas interações verbais reais na sociedade. Esse ideário apresenta-se consolidado no que preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) e as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Língua Portuguesa (DCE, 2008), que compreendendo a linguagem como forma de interação e a língua como um objeto heterogêneo, propõem fundamentar o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa tendo os diversos gêneros resultantes da atividade discursiva como objetos ensináveis.

As propostas curriculares para o ensino de língua materna no Brasil, portanto, organizam-se em torno dos eixos didáticos "Leitura", "Oralidade", "Produção de textos orais e escritos" - práticas sociais de uso -, e, "Análise Linguística" – atividade de reflexão sobre a língua em uso.

Ao utilizar a língua em sociedade, o sujeito, portanto, não se vale de um “ato puramente individual, como uma expressão da consciência individual, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos, etc” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 112-113), pois ao contrário disso, “enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social” (idem, 124).

Nas suas vivências sociais, o sujeito sempre se comunica com outros sujeitos. Portanto, a

orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte* (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, P. 115 grifos do autor).

Para os mesmos autores, ainda, “mesmo os gritos de um recém-nascido são orientados para a mãe” (idem,117).

Numa acepção bakhtiniana, portanto, estudar a língua não pode ser investigar “tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores” (idem,113). Tampouco é considerar que todos os fatos da língua situam-se no sistema linguístico, ou seja, no sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua separadas de seu conteúdo ideológico.

Para Bakhtin, “a língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos*

falantes” (idem, 127 grifos do autor). Assim, “a ordem metodológica para o estudo da língua, segundo propõe o filósofo, deve ser a seguinte:” (idem,127).

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p.127).

Com base no traçado metodológico bakhtiniano para o estudo da língua e em decorrência da consolidação da ideia da eleição do gênero como objeto ensinável, muitos autores da linguística Aplicada passaram a conceber exame das formas da língua numa perspectiva processual de construção e reflexão sobre os conhecimentos linguísticos, em que se consideram aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos inerentes a determinado gênero discursivo, considerando seu suporte, meio/época de circulação e de interlocução (contexto de produção), dando a AL o estatuto legítimo de atividade de reflexão sobre a língua em uso.

Essa compreensão se esboça, por exemplo, no trabalho de Perfeito (2007), que assim define AL:

Compreendemos por análise linguística, sobretudo o processo reflexivo (epi linguístico), em relação à movimentação de recursos lexicais e gramaticais e na construção composicional - concretizada em textos pertencentes a determinado(s) gênero(s) discursivo(s), considerando seu suporte, meio/época de circulação e de interlocução (contexto de produção) - veiculados ao processo de leitura, de construção e de reescrita textuais (mediado pelo professor). (PERFEITO, 2007, p. 829).

Autores como Antunes (2003 e 2006) ressaltam, em diálogo com possíveis interlocutores professores de língua, que é impossível a existência de uma língua sem uma gramática. Contudo, é importante compreender que há uma diferença entre regras de gramática e o ensino de nomenclaturas e classificações. Segundo a autora, isso tudo não se ensina de maneira isolada, em frases, mas sim lendo e analisando textos de diferentes gêneros que circulam na sociedade, pois o trabalho de análise e reflexão sobre a língua constitui-se como uma prática fundamental para que os alunos aprendam a Língua Portuguesa refletindo sobre seus diversos usos.

Já para Mendonça (2006), a AL se constitui como a “reflexão sobre o sistema linguístico e sobre os usos da língua, com vistas ao tratamento escolar dos fenômenos gramaticais, textuais e discursivos” (MENDONÇA, 2006, p.205).

Geraldi (1984) explica que, a análise linguística inclui tanto o trabalho com questões tradicionais da gramática quanto questões amplas a propósito do texto.

Ancoramo-nos, portanto, nos postulados bakhtinianos e nas definições dos linguísticos aplicados para propor uma condição de análise. Apresentaremos o quadro de recorrências de recursos linguísticos na notícia, conforme aponta do trabalho de Polato e Franco de Oliveira, 2013, p. 116), obtido a partir do estudo de um corpus de 25 exemplares do gênero. A construção do quadro se deu a partir da compreensão das condições de produção, circulação e recepção dos enunciados que compuseram o corpus. Ao explicar o funcionamento das recorrências, pretendemos demonstrar como o trabalho de AL pode funcionar no entremeio da leitura e da escrita, não só como reflexão necessária a produção de sentidos em leitura (formação de leitores críticos) e ao processo de produção textual (articulação com todas as etapas da produção do texto), mas, sobretudo, como uma alternativa à compreensão da relação imbricada existente entre essas práticas, por serem sociais.

Também é relevante expormos uma breve caracterização sobre a constituição do campo da atividade humana de onde emerge notícia no contexto social contemporâneo, no caso, o jornalístico.

3 O campo jornalístico e as recorrências linguísticas no gênero notícia

Para Polato e Franco de Oliveira (2013),

sobre a aparente neutralidade e imparcialidade, o que o campo jornalístico estabelece, por meio do conjunto de gêneros discursivos, é uma espécie de (re)construção da realidade, o que pode ser percebido, dentre outras formas, pela análise dos elementos linguístico-discursivos mais recorrentes em cada um dos gêneros jornalísticos (POLATO e FRANCO DE OLIVEIRA, 2013, p. 114).

Koch (2004) bem explicita a questão da aparente neutralidade dos discursos, quando afirma que a pretensa neutralidade presente em alguns deles é apenas uma máscara, uma forma de *representação*: “o locutor se representa no texto ‘como se’ fosse neutro, ‘como se’ não estivesse engajado, comprometido, ‘como se’ não estivesse tentando orientar o outro para determinadas conclusões, no sentido de obter dele determinados comportamentos e reações” (KOCH, 2004, p.65). No caso das notícias, as empresas jornalísticas são os locutores sociais, ou enunciadores que as produzem com a evidente e aparente função de informar seus interlocutores, ou público leitor, mas, também, com o propósito de orientar seus comportamentos e opiniões.

Nesse sentido, para Polato e Franco de Oliveira (2013), a notícia é um gênero que se apresenta sócio-historicamente com a função de relatar com precisão, pressuposta imparcialidade e compromisso de verdade os acontecimentos do cotidiano de maior relevância e de interesse público. No entanto, “na aparente objetividade e imparcialidade, que se camufla no veio da precisão do relato, a justaposição de fatos e a amálgama de vozes ajudam a compor o quadro tendencioso” (idem, 2013, p.115).

A presença de vozes de outrem é evidente e necessária ao cumprimento da aparente neutralidade da notícia e de seu tom de relato. No entanto, também é partir delas e de sua organização, que a empresa jornalística convoca e valida sua posição. A composição dessas vozes aparece tão bem organizada na notícia, que nos vale acrescentar a afirmação de Bakhtin de que “a palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que o enquadra não um contexto mecânico, mas uma amálgama química [...]” (BAKHTIN, 1998, p. 141).

Funcionando como elo diológico com outros enunciados do jornal, a notícia é orientada por eventos sociais que motivam sua realização nessa esfera. “Os fatos noticiados são acontecimentos discursivizados, à medida que os sujeitos autores das notícias acessam as informações por meio de discursos alheios – as fontes –, isto é, pelos enunciados do outro, pelos já-ditos sobre o fato” (ACOSTA-PEREIRA, 2013, p. 3). Ao mesmo tempo, os autores das notícias re(arranjam) esse discurso de acordo com as posições valorativas, limando efeitos de sentido para validar a posição da empresa jornalística, sem perder de vista o cumprimento da função social mais evidente desse enunciado, que é a de informar com precisão e objetividade.

Alguns elementos linguísticos, então, passam a ter uma função social-discursiva, que ora serve ao cumprimento das funções sócio-históricas da notícia, ora serve à defesa da posição assumida pela empresa jornalística acerca do fato noticiado.

Dessa forma, as recorrências linguísticas que se apresentam no gênero notícia não são meras fórmulas genéricas, mas estão a serviço de uma visada discursivo-valorativa.

Apresentamos o *quadro demonstrativo das relações entre a recorrência de elementos linguísticos na notícia e suas respectivas funções discursivas e sociais*¹. Depois da disposição do quadro, refletiremos sobre a relação entre leitura e escrita e a articulação com a análise das recorrências linguístico-discursivas do gênero notícia. Posteriormente, realizaremos explicações numeradas para demonstrar como a análise dos efeitos de sentido

¹ O quadro demonstrativo das relações entre a recorrência de elementos linguísticos na notícia e suas funções discursivas foi desenvolvido por Polato e Franco de Oliveira (2013) a partir de um corpus de 25 notícias e apresentado no capítulo de intitulado *A língua portuguesa no PIBID: aspectos linguístico-discursivos nos gêneros jornalísticos*.

dados pelo uso de elementos linguístico-discursivos pode, tanto favorecer a produção de sentidos em leitura, quanto favorecer o processo de produção textual.

Elementos/usos linguísticos	Funções discursivas e sociais
1. Forma verbal no presente do indicativo no título	1. Ressaltar a atualidade do relato
2. Presença da voz passiva sem a presença do agente da passiva no título	1. Chamar atenção para o fato em si e para as consequências desencadeadas por ele 2. Chamar atenção para o que é tópico 3. Despertar interesse do leitor para saber mais sobre o fato
3. Orações subordinadas adjetivas restritivas no título	1. Especificar os sujeitos ou objetos das notícias, situando o leitor numa sequência de relatos divulgados pela própria empresa jornalística ou por outras que tenham noticiado o mesmo fato
4. Adjuntos adverbiais de tempo e lugar deslocados por vírgula	1. Informar com precisão e objetividade, relatando o local e o tempo em que ocorreu o fato 2. Colocar em evidência o local onde ocorreu o fato
5. Apostos	1. Especificar e clarificar informações ao leitor
6. Orações subordinadas adjetivas explicativas e adjetivas restritivas	1. Especificar sujeitos ou objetos das notícias 2. Avaliar ou adjetivar sujeitos e objetos de forma sutil
7. Orações subordinadas substantivas objetivas diretas	1. Introduzir outras vozes no texto
8. Aspeamento	1. Marcar vozes de outrem presentes no texto 2. Destacar elementos 3. Enfatizar sentidos
9. Verbos <i>discendi</i>	Valorar depoimentos
10. Parênteses	1. Cercar explicações e especificações

Figura 01 – Quadro demonstrativo das relações entre a recorrência de elementos linguísticos na notícia e suas funções discursivas.

4 A relação entre leitura e escrita e a articulação com a análise das recorrências linguístico-discursivas do gênero

A leitura é um ato interlocutivo e dialógico. Ao ler, o sujeito é capaz de produzir sentidos à medida que consegue relacionar suas experiências e vivências com o lido. Dessa forma, não só o que o texto diz, tampouco apenas o que o autor quis dizer importa, porque autor e leitor são sujeitos inseridos num contexto sócio-histórico e ideológico e, dessa forma, são, naturalmente, produtores de sentidos.

Nesse sentido, Geraldi (1993, p.132) assevera: “toda leitura e escritura são sempre co-produções materializadas na sequência textual”.

Todo enunciado, que se materializa em texto, é ponto de interação entre sujeitos. Por isso, a natureza do enunciado é dialógica. É dialógica porque o enunciado é sempre dirigido a outrem e porque tudo o que é dito é decorrente de outros “já ditos”. Assim, podemos conceber a leitura e escrita como engrenagens imbricadas, correndo uma dentro da outra. Ritter (1999, p.14) afirma que o leitor como um participante ativo do processo da leitura, pressupondo uma inter-relação entre texto, leitor e conhecimentos prévios, vivencia um processo pelo qual ele tem condições de criticar, criar, reescrever e produzir outro texto.

Corroborando essa afirmação, Antunes (2003) compreende que é

pela leitura que se apreende o *vocabulário* específico de certos gêneros de textos ou de certas áreas do conhecimento e da experiência. É pela leitura, ainda, que apreendemos os *padrões gramaticais* (morfológicos e sintáticos) *peculiares à escrita*, que apreendemos as formas de organização sequencial (como começam, continuam e acabam certos textos) e de *apresentação* (que formas assumem) *dos diversos gêneros de textos escritos* (ANTUNES, 2003, p. 75 grifos do autor).

No processo de leitura, o sujeito tanto pode produzir sentidos, como pode se apropriar dos modos de dizer do outro, concretizados nas formas diferentes de enunciados. A apropriação dos modos de dizer pode até ocorrer de maneira natural, no entanto, defendemos que a reflexão sobre o uso de elementos linguístico-discursivos, presentes em enunciados específicos, capacita o sujeito a compreender tanto os sentidos potencializados por esses usos, em situações enunciativas específicas, quanto o capacita a compreender a linguagem em funcionamento, favorecendo suas escolhas linguísticas no momento em que for agir ativamente como produtor de outros enunciados em outras situações.

Os elementos linguístico-discursivos que compõem os enunciados são, então, fontes para reflexão sobre a língua em uso, das quais o leitor dispõe no processo de leitura para compreender os sentidos potencializados e, concomitantemente, das quais também dispõe para fazer suas escolhas no momento de produzir novos enunciados.

Ao compreendermos a escrita como um trabalho (Sercundes, 1997), concebemos que ela se dá a partir de um processo contínuo em que uma produção é sempre ponto de partida para outras produções. Esse processo está marcado por leituras prévias, debates e desenvolvimento do tema a ser abordado. Nele, o aluno se faz sujeito responsivo ativo e produz textos numa interlocução marcada, ou seja, escreve porque tem o que dizer (conteúdo); tem uma razão para dizer (finalidade) e porque tem a quem dizer (outros/interlocutores), conforme discute Geraldi (2003).

Ao escrever, em situação de ensino e aprendizagem, aquele que produz passa a ser interlocutor de si, quando é capaz de reavaliar a própria produção ou de refletir sobre ela

durante a execução da escrita. Além disso, quem produz pode retomar suas produções depois da análise mediada pelo professor, por ele próprio, ou por pares, a fim de reescrever o texto, readequando-o aos objetivos interacionais. Essa capacidade de se constituir interlocutor de si quando se escreve, assim como a capacidade de reavaliar a própria produção, não pode ser desenvolvida sem que o sujeito aprenda a refletir sobre os elementos linguísticos que servem à concretização do dizer. Nesse sentido, a análise linguística passa a ser o fio condutor da reflexão dialógica que permeia, concomitantemente, a leitura e a escrita.

Passemos, então, às reflexões sobre o disposto no quadro de recorrências linguísticas e discursivas da notícia, compreendendo a importância dessa análise à relação imbricada com produção de sentidos em leitura e com as possíveis futuras escolhas de um produtor de um texto do mesmo gênero, que só podem se dar a partir dessa reflexão.

No quadro, numeramos as recorrências para situarmos nossas explicações agora:

1. Num corpus de 25 notícias, 19 delas apresentaram a forma verbal no presente o indicativo no título. A função discursiva e social dessa recorrência linguística, exposta no quadro de recorrências, é produzir efeito de atualidade.

2. Quatro das notícias do corpus apresentaram a presença da voz passiva no título, sem a presença do agente da passiva. A partir da leitura desses exemplares, verificamos que três delas envolviam relatos de ações policiais e, nesse caso, a função discursiva desse uso era chamar atenção para o fato em si e, também, para a ação investigativa da polícia, suscitando o interesse do leitor em obter mais informações sobre o fato em si. Dessa forma, a partir do título, a empresa jornalística anuncia o relato e prossegue o desenvolvimento do mesmo, ora para creditar, ora para desacreditar o trabalho da polícia.

3. O uso de orações subordinadas adjetivas restritivas no título da notícia foi observado em 2 notícias do corpus. A função discursiva estava relacionada à necessidade de especificar os sujeitos e os objetos da notícia, promovendo a retomada de informações e relatos anteriormente veiculados pelo jornal e por outros veículos de comunicação. Dessa forma, e a partir desse uso, a empresa jornalística dialoga de forma vertical com seus interlocutores, situando-os numa sequência de relatos pressupostamente já lidos. Podemos observar isso no exemplo que segue: “Estudante de direito que atropelou frentista em Ribeirão Preto vai a júri popular”. A mesma empresa jornalística já havia noticiado anteriormente que um estudante de direito havia atropelado um frentista. No entanto, agora, informa que esse estudante foi a júri popular. Para os leitores que não leram a notícia anteriormente, vale a especificação, mas, sobretudo, a pressuposição dada pela oração subordinada adjetiva restritiva, que permite a juntada de informações anteriores.

4. Todas as notícias do corpus apresentaram adjuntos adverbiais de tempo e lugar. Esse uso recorrente tem a evidente função de servir à precisão do relato e/ao cumprimento

da função informacional da notícia, visto que fatos sempre ocorrem em determinado tempo e em determinado local – dados que necessitam ser divulgados ao público leitor. No entanto, em alguns casos, esses adjuntos apareciam deslocados por vírgula para o início dos períodos, fato que nos levou a concluir que esse deslocamento não era gratuito, porque cumpria a função de destacar o lugar e o tempo de ocorrência do fato. Quando o local e o tempo mereceram destaque estavam vinculados à denúncia de uma negligência, ou seja, naquela hora, naquele local específico, tal fato ocorreu. Dessa forma, o restante da notícia se vinculava a discussão em torno do relato do fato ocorrido naquele local específico, que fora determinante para o acontecido.

5. Os apostos também apareceram nas 25 notícias do corpus, cuja função era clarificar informações sobre os sujeitos protagonistas dos fatos relatados. Ao mesmo tempo em que apostos explicavam quem eram os sujeitos, ocorria uma sutil adjetivação dos sujeitos a partir dos mesmos. Essa adjetivação/explicação vinha ao encontro da posição defendida pela empresa jornalística nas entrelinhas do relato. Se o interlocutor não contar com a presença dos apostos, a informação soa incompleta, porque é preciso saber quem é quem.

6. A presença de orações subordinadas adjetivas restritivas e explicativas também ocorreu nas 25 notícias do corpus. A presença dessas orações favoreceu a precisão do relato e a uma adjetivação sutil, visto que as notícias, por serem “imparciais”, não contêm adjetivos. As especificações se deram a partir de adjetivas restritivas, cujas funções estavam relacionadas com a precisão do relato. Já as explicações se deram a partir das adjetivas explicativas, constituído-se como avaliações.

7. Em 23 notícias do corpus, observou-se a presença de orações subordinadas substantivas objetivas diretas desenvolvidas para introduzir vozes de outrem a partir do discurso indireto. Em apenas duas notícias, observou-se a presença do mesmo tipo de oração, no entanto, na sua forma reduzida de infinitivo.

8. Todas as notícias apresentaram o aspeamento, cuja função é introduzir o depoimento, ou a voz, geralmente testemunhal de outrem. Na maioria absoluta das vezes, antes ou depois da voz marcada pelas aspas, um (9) verbo discendi² atribuía apreciação valorativa ao conteúdo da voz.

10. Os parênteses estiveram presentes em 24 das 25 notícias do corpus e sua função sempre era a de cercar uma explicação ou uma sigla.

² Othon M. Garcia (1986) explica que os verbos discendi são verbos de elocução. A elocução refere-se à maneira pela qual alguém se expressa, quais palavras usa para fazê-lo. Exemplo: afirmar, indagar, lamentar.

5. Considerações finais

A análise de recorrências linguísticas no gênero notícia é extremamente importante à produção dos sentidos em leitura e à capacitação ao processo de produção textual escrita, como demonstramos. No entanto, a construção do quadro não pode se constituir como uma forma de atribuir efeitos de sentido fixos para os recursos linguísticos destacados, porque esses efeitos podem ser outros, para o mesmo recurso, quando concretizados em outro gênero, em outra situação enunciativa. A esse respeito, pode-se consultar o quadro de recorrências construído a partir de análises de editoriais, divulgado no trabalho de Polato e Franco de Oliveira (2013, p.122-123), em que alguns dos recursos recorrentes nas notícias também se mostram recorrentes nos editoriais, porém, com funções discursivas diferentes.

O quadro também não se constitui como uma espécie de instrumento formulaico para engessar o trabalho do docente, reduzindo o estudo do gênero ao estudo das recorrências linguísticas e discursivas nele apresentadas. Bem destacamos que os gêneros são formas sociais, históricas e ideologicamente constituídas de enunciados e estes devem ser estudados a partir de suas condições de produção para a compreensão de como esses elementos linguísticos estão funcionando a serviço de enunciações específicas. O quadro, portanto, é um instrumento auxiliar, para favorecer a análise do professor, mas não é fechado em si e nem totalmente estável. Assim como os gêneros são relativamente estáveis, o quadro de recorrências linguístico-discursivas, obtido a partir de análise de exemplares do gênero, também o é.

6 Referências

ACOSTA-PEREIRA, R. A reenuniação e as visadas dialógico-valorativas no gênero jornalístico *notícia*: projeções e discursividade. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, linguística e Literatura Letra Magna**. Ano 9, n. 16, 2013 [www.letramagna.com].

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Muito além da Gramática: por um ensino sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12.ed.São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. (1997) **Parâmetros Curriculares Nacionais**: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília : MEC/SEF.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. (1998) **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa**. SETI, Curitiba – PR, 2008.

GARCIA, O. M. (1992) **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, Aprendendo a pensar**. 15. ed. Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. Cascavel: Assoeste, 1984.

GERALDI, J.W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2004, p.29-65.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 199-226.

POLATO, A. D. M; FRANCO DE OLIVEIRA, N.A. A língua portuguesa no PIBID: aspectos linguístico-discursivos nos gêneros jornalísticos. In: MATINS, I.C; BRITO, K.S.(Org). **Prática docente inicial e continuada**. União da Vitória: Kaygangue, p. 109-133.

PERFEITO, A. M. Leitura e análise linguística: Editoriais. In: *CELLI* – Colóquio de estudos Linguísticos e Literários. 3, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá, 2009, p. 1112-1124.

SERCUNDES, M. M. I. Ensinando a escrever. In: GERALDI, J.W.; CITELLI, B. (Org.) **Aprender e ensinar com textos dos alunos**. vol 1. São Paulo: Cortez, 1997, p. 75-97.

RITTER, L. C. B. (1999) **Em busca dos produtores de sentido na aula de leitura**. **Dissertação** (Mestrado em linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Maringá.